



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

340

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração no Agravo na Apelação/Reexame Necessário n.
0042874-71.2008.8.17.0001 (0270802-9)

Embargante: FUNAPE - FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS
SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador(a): Ana Cristina Cavalcanti de Albuquerque

Embargado: ADALGISA GOMES DA SILVA E OUTROS

Advogado(a): José Omar de Melo Júnior OAB/PE 014413

Relatora Convocada: Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADMINISTRATIVO. REAJUSTE DE REMUNERAÇÃO. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO COMO SE VIVO FOSSE. ART. 40, § 5º DA CF/88. AUTO-APLICABILIDADE. MÉRITO. VANTAGENS DE NATUREZA PROPTER LABOREM. RECURSO DE AGRAVO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NA DECISÃO EMBARGADA. OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO SÃO MEIO HÁBIL PARA REEXAME DA MATÉRIA, RESTRINGINDO-SE APENAS ÀS HIPÓTESES ELENCADAS NO ART. 535 DO CPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.

I - A função dos embargos de declaração é, unicamente, afastar do julgado qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e a conclusão assumida, resumindo-se em complementar o julgado atacado, afastando-lhe vícios de compreensão.

II - Numa palavra: conforme se deduz da ensinância de PONTES DE MIRANDA, nos declaratórios não se pede que o órgão julgador "redecida", mas sim que este se "reexprima". Nessa linha de raciocínio, afigura-se oportuno lembrar a lição professada por MÁRIO GUIMARÃES: "não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes. Claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não" (v. O JUIZ E A FUNÇÃO JURISDICIONAL, 1ª ed. Forense, 1958, parágrafo 208, p. 350), secundando-se que não se exige do juiz "que rastreie e acompanhe pontualmente toda a argumentação dos pleiteantes, mormente se um motivo fundamental é poderoso a apagar todos os aspectos da controvérsia" (RT 413/325).

III - Nessa contextura, os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal, revelando-se incabíveis quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), vem tal recurso com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreçada pelo Tribunal. Logo, não está o Tribunal obrigado a ater-se aos fundamentos indicados pela parte



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

344
Top.

e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos. Os requisitos da decisão judicial não estão subordinados a quesitos. A motivação da decisão, observada a *res in judicium deducta*, pode ter fundamento jurídico e legal diverso do suscitado.

IV - Nessa igual diretriz, assentou o colendo STJ que, "mesmo nos embargos declaratórios com fim de prequestionamento, devem-se observar os lides traçados no art. 535, do CPC (obscuridade, dúvida, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material)" (v. STJ-1ª Turma, REsp. 11.465-0-SP, rel. Min. Demócrito Reinaldo, j. 23.11.92, rejeitaram os embargos, v.u., DJU 15.2.93, p. 1.665, 2ª col., em.).

V - Rejeição dos embargos. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes Embargos de Declaração no Agravo nos autos da Apelação/Reexame Necessário nº 0270802-9, em que figuram como Embargante FUNAPE - FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO e como Embargado o ADALGISA GOMES DA SILVA E OUTROS, respectivamente, ACORDAM os Desembargadores do Grupo de Câmaras de Direito Público, à unanimidade, conhecer e REJEITAR o recurso de integração, na conformidade do relatório, voto e das inclusas notas taquigráficas, que integram este aresto.

Recife, 24 de setembro de 2013.

Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ
Relatora Convocada



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

341

[Assinatura]

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração no Agravo na Apelação/Reexame Necessário n. 0042874-71.2008.8.17.0001 (0270802-9)

Embargante: FUNAPE - FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador(a): Ana Cristina Cavalcanti de Albuquerque

Embargado: ADALGISA GOMES DA SILVA E OUTROS

Advogado(a): José Omar de Melo Júnior OAB/PE 014413

Relatora Convocada: Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela FUNAPE - FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO contra o acórdão de fl. 312 emergente do julgamento do Agravo na Apelação/Reexame Necessário nº 0270802-9, que, unanimidade, julgou improcedente o recurso do ora embargante. O v. Acórdão encontra-se assim ementado:

EMENTA: PROCESSO CIVL. ADMINISTRATIVO. PRELIMINAR DE LITISPENDÊNCIA. ACOLHIDA EM PARTE. REAJUSTE DE REMUNERAÇÃO. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. COMO SE VIVO FOSSE. ART. 40, § 5º DA CF/88. AUTO-APLICABILIDADE. MÉRITO. VANTAGENS DE NATUREZA PROPTER LABOREM. RECURSO DE AGRAVO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Nos termos do art. 301, § 1º, do CPC, ocorre litispendência quando se reproduz ação anteriormente ajuizada.
2. A caracterização da litispendência reclama a identidade dos elementos da ação, quais sejam: partes, pedido e causa de pedir.
3. Na análise do requisito de identidade de partes, para a configuração da litispendência, devem ser considerados os beneficiários dos efeitos da decisão proferida na ação primitiva.
4. No mérito, devem ser incorporadas às pensões vantagens de natureza propter laborem, desde que auferidas pelo servidor, enquanto laborava.
5. Preliminar acolhida quanto aos agravados abarcados pela litispendência.
6. Agravo não provido.
7. Decisão unânime.

Aduz o embargante, em síntese crítica, como fundamento objetivo do recurso de integração, que a prestação jurisdicional se afigura incompleta, dada a circunstância de que o acórdão embargado restou omissa e obscuro acerca de pontos relevantes da lide sobre os quais deveria pronunciar-se

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

342
[assinatura]

expressamente, daí advindo, portanto, no particular, o vício de compreensão que o acoima de nulidade.

Sublinha, para além disso, que os aclaratórios estão também sendo manuseados com o especial desiderato de provocar o pronunciamento expresse desta Câmara Julgadora sobre dispositivos constitucionais e infraconstitucionais, tudo em ordem a atender ao pressuposto objetivo do pré-questionamento explícito, possibilitando, desse modo, em sendo o caso, a devolução da discussão à instância extraordinária.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o desate da controvérsia.

Recife, 24 de setembro de 2013.

Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ
Relatora Convocada



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

343

[Assinatura]

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração no Agravo na Apelação/Reexame Necessário n. 0042874-71.2008.8.17.0001 (0270802-9)

Embargante: FUNAPE - FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador(a): Ana Cristina Cavalcanti de Albuquerque

Embargado: ADALGISA GOMES DA SILVA E OUTROS

Advogado(a): José Omar de Melo Júnior OAB/PE 014413

Relatora Convocada: Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

VOTO

Alegando a existência de omissão e obscuridade no Acórdão de fl. 312, adveniente do julgamento do Agravo na Apelação/Reexame Necessário nº 0270802-9, FUNAPE - FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO opôs os presentes embargos, objetivando a declaração do julgado, inclusive para efeito de sua modificação (fins infringenciais ou modificativos).

Sem nenhuma razão, contudo.

Não há cogitar-se da presença de qualquer *vício de procedimento* no acórdão embargado, a justificar o pedido de declaração, desde que os pontos relevantes da lide foram apreciados pelo *decisum* recorrido.

O órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio (v. STJ-1ª Turma, AI 169.073-SP-AgRg, rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v.u., DJU 17.8.98, p. 44).

Ratificando o posicionamento adotado em relação à inexistência de vícios, transcrevo a seguir julgados desse e. Tribunal de Justiça a respeito da questão em análise:

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

344
[assinatura]

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. - O órgão judicial não está obrigado a tecer considerações a respeito de todos os pontos levantados pelas partes; a fundamentação exigida pelo texto legal é, apenas, a que se referir aos elementos presentes na formação da convicção do juiz e suficientes para o desate da questão. - Os embargos declaratórios prestam-se a esclarecer, se existentes, omissões, obscuridades ou contradições no julgado, mas jamais para que este último se adapte ao entendimento do embargante. - Mesmo quando visem ao pré-questionamento, não podem os aclaratórios se afastar dos rígidos contornos traçados no art. 535 do C.P.C. Embargos rejeitados, à unanimidade de votos. (Embargos de Declaração: 82837-9/01; Comarca: Recife; Relator: Jones Figueiredo; Órgão julgador: Quarta Câmara Cível; Data do julgamento: 01/08/2002; Publicação: 20/08/2002.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, DÚVIDA OU OBSCURIDADE. 1- Não existe omissão no julgado, quanto à apreciação das questões suscitadas pelo embargante na apelação, quando o tribunal mantém a sentença em sede de reexame necessário e, em consequência, julga prejudicado o recurso. 2- Embargos rejeitados por unanimidade. (Embargos de Declaração: 88740-5/01; Comarca: Ipojuca; Relator: Antônio Camarotti; Órgão julgador: Segunda Câmara Cível; Data do julgamento: 09/03/04; Publicação: DJ 63; Data da Publicação: 06/04/04).

Ementa: Embargos de declaração - Pedido de efeito infringente - Alegação de omissões e de contradição - Inexistência dos defeitos - Improvimento dos embargos. Não se vislumbrando no acórdão impugnado a existência de omissão ou de contradição sanável por via de embargos de declaração, devem estes ser improvidos, inacolhendo-se, destarte, o pedido de atribuição do efeito infringente formulado pelo embargante. Decisão unânime. (Embargos de Declaração: 88110-7/02; Comarca: Recife; Relator: Des. Márcio Xavier; Órgão julgador: Quinta Câmara Cível; Data do julgamento: 09/06/04; DJ: 122; Data da publicação: 06/07/04).

Nesse mesmo sentido, com adequação ao caso:

"O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (v. RJTJESP 115/207).

A função dos embargos de declaração é, unicamente, afastar do julgado qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre

[assinatura] 6



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

345
[assinatura]

premissa argumentada e a conclusão assumida, resumindo-se em complementar o julgado atacado, afastando-lhe vícios de compreensão.

Por essa via, não se tenta modificação, anulação ou referenda do julgado embargado, senão mero esclarecimento ou suprimento de lacuna, de forma a espantar quaisquer equívocos na interpretação ou execução do ato decisional.

Numa palavra: conforme se deduz da ensinância de PONTES DE MIRANDA, nos declaratórios não se pede que o órgão julgador "redecida", mas sim que este se "reexprima".

Nessa linha de raciocínio, afigura-se oportuno lembrar a lição professada por MÁRIO GUIMARÃES: "não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes. Claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não" (v. O JUIZ E A FUNÇÃO JURISDICIONAL, 1ª ed. Forense, 1958, parágrafo 208, p. 350), secundando-se que não se exige do Juiz "que rastreie e acompanhe pontualmente toda a argumentação dos pleiteantes, mormente se um motivo fundamental é poderoso a apagar todos os aspectos da controvérsia" (RT 413/325).

O c. Supremo Tribunal Federal, em sucessivos e recentes julgamentos, vem decidindo que "os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal", revelando-se incabíveis "quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), vem tal recurso com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal" (RTJ 173/29, junho/2000).

Nessas condições, o e. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, até com maior minudência, já decidiu no sentido de que não está o Tribunal obrigado a "ater-se aos fundamentos indicados pela parte e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos. Os requisitos da decisão judicial não estão subordinados a quesitos. A motivação da decisão, observada

[assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

346

[Assinatura]

a *res in judicium deducta*, pode ter fundamento jurídico e legal diverso do suscitado" (cf. RJTJSP 111/114)".

Mais: os casos previstos para manifestação dos aclaratórios são específicos, de modo que somente são admissíveis quando houver, ainda que para efeito de prequestionamento, obscuridade, contradição ou omissão em questão (pontos controvertidos) sobre a qual deveria o órgão julgador pronunciar-se necessariamente.

Nessa igual diretriz, assentou o colendo STJ que, "mesmo nos embargos declaratórios com fim de prequestionamento, devem-se observar os lindes traçados no art. 535, do CPC (obscuridade, dúvida, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material)" (v. STJ-1ª Turma, REsp. 11.465-0-SP, rel. Min. Demócrito Reinaldo, j. 23.11.92, rejeitaram os embargos, v.u., DJU 15.2.93, p. 1.665, 2ª col., em.).

Na espécie, a pretexto da existência de vícios de procedimento, os embargos estão sendo manuseados com o nítido propósito de discutir novamente a lide, inclusive com o revolvimento da prova – o que não é juridicamente possível.

Forte em tais razões, incorrente qualquer vício de compreensão e sabido que os aclaratórios não constituem meio hábil ao reexame da causa, REJEITO os embargos, mormente em se sabendo que a questão do desacerto ou injustiça da decisão – só para argumentar – não desafia pedido de sua declaração (recurso de integração), e sim recurso de reforma ou modificação.

É como voto.

Recife, ²⁴ de setembro de 2013.

Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ
Relatora Convocada

[Assinatura]